

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

deixar de ser equacionadas como mais-valias, capazes de garantir ganhos futuros e o reforço da competitividade das empresas.

De entre as iniciativas de RSE, ganham relevo, por exemplo, as políticas de igualdade de género e o desenvolvimento de medidas de conciliação trabalho-família e os projetos de voluntariado empresarial. Apesar de serem uma prática recente em alguns contextos, incluindo Portugal, estas ações incentivam a criatividade e a motivação dos trabalhadores, possibilitam a sua participação na vida das empresas e o desenvolvimento de trabalho em equipa, conduzindo a uma maior satisfação com o trabalho. Em suma, medidas que podem traduzir-se num fator adicional de coesão social.

Teresa Maneca Lima

Revolta

As discussões em torno de revoluções marcaram o espectro político do séc. XX; na atualidade, relatos de revoltas vão assumindo cada vez mais importância. A experiência de vários processos revolucionários demonstra que a tomada de poder pelos revolucionários está associada à tomada de medidas que visam impedir o desenvolver da revolução. Esta marca castradora da vontade política dos sujeitos tem levado a que nos contextos atuais a revolta tenha retornado à ribalta, como expressão do desejo de manter vivo o seu significado de rutura ou o levantamento contra a autoridade constituída, enquanto recusa de subordinação ao poder político constituído.

A revolta é um conceito que procura dar corpo à luta contra as tentativas de pôr fim à história dos processos de libertação, individuais ou coletivos. A competência rebelde traduz-se em várias ações que procuram ampliar a presença e pertença política, ampliando o sentido de participação política, pelo povo, para além dos partidos políticos, desafiando o poder das instituições políticas. Estas manifestações incluem movimentos de protesto e resistência não violenta, desobediência civil, assim como ações violentas de confronto à autoridade instituída. A negritude é exemplo da revolta de intelectuais negros contra as injustiças históricas cometidas pelo colonialismo e o racismo, contra o eurocentrismo da “história universal”. As revoltas que têm marcado o mundo árabe apelam ao retorno do sujeito, à liberdade individual e coletiva, à dignidade e à solidariedade.

A revolta exprime assim o sentido profundo do inconformismo contra as injustiças, as opressões e discriminações que se sucedem, referência à luta

permanente pela democratização do mundo, das relações sociais, culturais, económicas e políticas que nos unem e/ou separam.

Maria Paula Meneses

Revolução

Conceito de grande complexidade e ampla polissemia, não só pela sua natureza heterogénea como pela grande carga emocional (de fascínio ou rejeição) que suscita, sobejamente demonstrada pela avassaladora produção historiográfica em torno sobretudo das duas grandes experiências revolucionárias, espécie de código genético de todas as outras que se lhes seguiram: a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917. Vindo da astronomia e com um significado oposto ao que hoje se lhe atribui, passa, justamente no século XVIII, de um conceito fisiopolítico (o estudo das formas de governo dos homens que se sucediam com uma regularidade semelhante às próprias leis da natureza), a um outro meta-histórico, um princípio regulador do conhecimento e da *praxis* humana. Liberta da sua origem natural, a revolução altera a perceção do tempo, que pode agora ser acelerado e precipitar novas formas de organização política e social.

Toda a revolução pulveriza pois as categorias de uma temporalidade histórica rígida e instaura uma temporalidade mítica e simbólica, reversível e transtemporal, ou seja de um presente como momento ideal de sobreposição de um passado distante com um futuro próximo concebido como uma *Idade de Ouro*. Uma dinâmica que está longe de ser linear ou previsível, pois que, se por um lado «produz em poucos dias sucessos mais importantes que toda a história anterior da humanidade» (Robespierre) e cuja heroicidade e grandeza só pode ser comparável ao «assalto dos céus» (Marx), por outro faz surgir no seu interior ondas de refluxo que nenhum dos atores pode controlar e que os afasta dos seus propósitos iniciais.

As comprovadas máximas de que a revolução devora sempre os seus filhos e de que é sempre um processo inacabado são, afinal, a dolorosa proclamação do desajustamento entre o sonho e o peso da realidade. Contudo, nos intensos períodos que designamos como revolucionários, algo de radicalmente novo aconteceu, cuja natureza não pode ser avaliada apenas pelo resultado final. A revolução, mesmo derrotada ou desvirtuada, conserva uma misteriosa invencibilidade, porque permanece na memória dos povos